

O MITO DO AMOR ROMÂNTICO E A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL CRÍTICA

THE MYTH OF ROMANTIC LOVE AND THE PERPETUATION OF DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN: A CRITICAL PSYCHOSOCIAL ANALYSIS

Geziely dos Santos Brasileiro¹
George Moraes de Luiz²

RESUMO: Este ensaio teórico é resultado do trabalho de conclusão do curso de Psicologia e tem como tese central demonstrar como o mito do amor romântico opera como dispositivo ideológico que naturaliza comportamentos abusivos e perpetua a violência contra mulheres. Por meio da Psicologia Social Crítica, este trabalho aprofunda a compreensão de como o ideal romântico funciona como poderosa ferramenta de dominação, programando mulheres para aceitar possessividade e ciúme como provas de afeto. A análise revela como essa narrativa cultural afeta desproporcionalmente diferentes grupos, evidenciando a urgência de uma abordagem interseccional. Concluímos que a desconstrução crítica e consciente deste mito é um elemento fundamental para o enfrentamento da violência doméstica e a promoção de relações mais igualitárias e libertadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Amor romântico; Violência doméstica; Psicologia Social Crítica; Interseccionalidade; Feminismo.

ABSTRACT: This theoretical essay is the result of a Psychology course completion paper and has as its central thesis to demonstrate how the myth of romantic love operates as an ideological device that naturalizes abusive behaviors and perpetuates violence against women. Through Critical Social Psychology, this work deepens the understanding of how the romantic ideal functions as a powerful tool of domination, programming women to accept possessiveness and jealousy as proofs of affection. The analysis reveals how this cultural narrative disproportionately affects different groups, highlighting the urgency of an intersectional approach. We conclude that the

¹ Graduação em Psicologia (EDUVALE). Universidade Federal de Rondonópolis. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5671-2054> Email: brasileirogeziely@gmail.com

² Doutorado em Psicologia Social (PUC-SP). Universidade Federal de Rondonópolis. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0477-4930> Email: george@ufr.edu.br

critical and conscious deconstruction of this myth is a fundamental element for confronting domestic violence and promoting more egalitarian and liberating relationships.

KEYWORDS: Romantic love; Domestic violence; Critical Social Psychology; Intersectionality; Feminism.



10.23925/2176-4174.35.2025e72709

Recebido em: 26/07/25.

Aprovado em: 10/08/25.

Publicado em: 11/08/25.

Introdução

O amor está matando mulheres. Não o amor verdadeiro — esse território ainda por construir —, mas sua versão falsificada, industrializada, que aprendeu a sussurrar “eu te amo” enquanto aperta o pescoço. Uma mulher é agredida a cada quatro minutos no Brasil, mais de 245 mil casos de lesão corporal dolosa em 2022 ((FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). Esses números não são estatísticas frias; são gritos abafados, lágrimas que secaram antes de cair, sonhos que apodreceram em gavetas trancadas. Como observa Martín-Baró (1989), cada agressão registrada é a ponta de um iceberg ideológico que mantém metade da humanidade aprisionada em gaiolas douradas.

Diante dessa realidade, emerge o paradoxo que faz sangrar a razão: como o amor — essa força que deveria libertar, conectar, humanizar — tornou-se algema? Como explicar que mulheres permanecem anos em relacionamentos que as destroem, justificando socos como carícias mal interpretadas, transformando ciúme em prova de paixão? A pergunta de Silvia Lane (1984) ecoa nas madrugadas insones de quem ama quem a machuca: quais processos psicossociais mantêm os indivíduos alienados de sua própria opressão, convertendo dominação em afeto idealizado?

A tese central que defendemos neste ensaio – resultado de um trabalho de conclusão de curso em Psicologia - é insurgente: o mito do amor romântico opera como dispositivo ideológico de colonização afetiva, transformando territórios íntimos em campos de extração emocional onde a violência se disfarça de cuidado. Este mito

não é acidente cultural, mas relações de poder que naturaliza a subordinação feminina através de narrativas que romantizam o sofrimento e glorificam a renúncia.

Argumentamos que ele funciona como software de dominação instalado nos corações desde a infância, programando mulheres para interpretar controle como proteção, possessividade como paixão, ciúme como amor.

Reconhecemos que escrever sobre isso não é exercício acadêmico neutro — é ato de desobediência. Quando o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio (Waiselfisz, 2015) e 70% das vítimas morrem dentro de casa, assassinadas por quem dizia amá-las (FBSP, 2023), questionar o amor romântico torna-se urgência científica, social e política. Nesse contexto, o lar, esse espaço mitificado como refúgio, revela-se o principal teatro de guerra contra as mulheres. A casa vira cemitério, o quarto vira tribunal, a cozinha vira campo de batalha onde se disputa não apenas o jantar, mas o direito de existir.

Por isso, firmemos um pacto com quem nos lê: a linguagem que segue — marcada por metáforas que sangram e palavras que ardem — não é ornamento literário, mas escolha metodológica deliberada. Inspirados na proposta de uma Psicologia Social que “curto-circuita” modelos tradicionais (Latour, 2000), recusamos a prosa acadêmica morta que esteriliza a dor e domestica a revolta. Quando mulheres morrem por amor falsificado, não há lugar para narrativas mornas. Cada metáfora é uma recusa à neutralidade, cada palavra é uma afirmação de que a linguagem também é território político onde se disputa o direito de nomear a violência sem romantizá-la.

Para os fins desta análise, o conceito de “mito do amor romântico” que mobilizamos refere-se às narrativas culturais que transformam relacionamentos em campos de sacrifício feminino. Como observa Marilena Chauí (1985), este mito transforma dominação em proteção, possessividade em cuidado, ciúme em prova de amor. Contudo, nossa perspectiva vai além: ele opera como colonialidade afetiva que ensina mulheres a interpretar sua própria destruição como evidência de serem amadas. É pedagogia da submissão disfarçada de educação sentimental, que programa corações para bater em ritmo de subordinação.

Esta análise justifica-se por três urgências convergentes que não podem esperar. Primeira: a urgência social de um país onde uma mulher morre a cada sete

horas vítima de feminicídio (Cerqueira et al., 2023), revelando que o amor romântico virou arma de guerra contra a existência feminina. Segunda: a urgência epistemológica de uma Psicologia Social que precisa descolonizar seus próprios conceitos, questionando como reproduzimos violências ao romantizar o sofrimento em nossas teorias sobre relacionamentos (Spink, 2010). Terceira: a urgência política de contribuir para lutas feministas que há décadas denunciam: o pessoal é político, e o amor também (hooks, 2004)

Do ponto de vista metodológico, este ensaio pratica hermenêutica insurgente — leitura crítica que não apenas interpreta textos, mas os faz confessar suas cumplicidades com a dominação. Nossa estratégia analítica articula vozes clássicas como Simone de Beauvoir (2009), e Pierre Bourdieu (1999) com perspectivas latino-americanas de Ignacio Martín-Baró (1989), Silvia Lane (1984) e Mary Jane Spink (2010), criando assembleia teórica onde diferentes saberes negociam compreensões sobre como o amor aprendeu a oprimir. Essa abordagem permite-nos construir uma análise que seja simultaneamente rigorosa e politicamente engajada.

Como argumenta Maritza Montero (2004), a Psicologia Social Crítica deve assumir compromisso com a transformação social, demonstrando mecanismos de opressão que se disfarçam de afeto. Nessa perspectiva, questionar o mito do amor romântico constitui, portanto, não apenas exercício intelectual, mas contribuição para processos de conscientização que podem salvar vidas. Cada página deste ensaio é escrita com a esperança de que alguma mulher reconheça nas palavras aqui tecidas o mapa para sair do labirinto onde o amor virou prisão.

Simultaneamente, escrever este ensaio é também ato de resistência coletiva. Ao longo da história, a romantização do sofrimento feminino serviu para silenciar gritos e naturalizar violências. Por essa razão, esperamos que esta análise não apenas promova reflexões, mas inspire ações que contribuam para as lutas feministas pela emancipação. Que possamos, juntas, desmistificar o amor como dispositivo de captura e ressignificá-lo como território de liberdade onde todas as vidas importam.

Estruturalmente, este ensaio organiza-se em três movimentos de desmontagem e reconstrução: primeiro, examina-se a genealogia do mito do amor romântico, rastreando como dispositivos culturais — literatura, cinema, música, redes sociais — fabricaram um ideal que ensina mulheres a amar sua própria subordinação;

segundo, explora-se como esse mito coloniza subjetividades através de processos de socialização que programam corações femininos para bater em ritmo de renúncia; terceiro, analisa-se especificamente como o ideal romântico opera na manutenção de relacionamentos abusivos, funcionando como anestésico que impede o reconhecimento da violência e dificulta processos de resistência. Por fim, desenvolvemos uma análise interseccional que revela como diferentes mulheres vivenciam diferentes formas de violência romântica.

Que este ensaio seja lido não como diagnóstico de morte, mas como mapa de ressurreição. Porque é possível — e urgente — imaginar formas de amor que libertem ao invés de aprisionar, que celebrem a autonomia ao invés de exigir submissão, que construam pontes ao invés de erguer muros. O amor verdadeiro ainda está por ser inventado. E essa invenção começa pela coragem de nomear e destruir suas falsificações.

1. A construção cultural do amor

O amor que conhecemos hoje não nasceu do coração — nasceu da fábrica. Suas engrenagens foram ajustadas ao longo de séculos para produzir não conexão, mas captura; não liberdade, mas submissão. Longe de ser sentimento atemporal que brota espontaneamente da alma humana, o amor romântico é poder refinado através de gerações, dispositivo cultural que aprendeu a sussurrar “para sempre” enquanto forja algemas invisíveis. Compreender essa genealogia torna-se fundamental: refletir sobre essas construções não é exercício nostálgico, mas arqueologia política urgente que escava as camadas sedimentadas de opressão cristalizadas em ideais afetivos.

Nessa perspectiva, a ideia de amor como experiência puramente emocional dissolve-se quando se percebe sua natureza de narrativa cultural industrializada. Como territórios que parecem naturais, mas carregam marcas profundas de intervenção humana, os sentimentos amorosos contemporâneos são paisagens modificadas, moldadas por processos históricos que privilegiaram uns e subordinaram outras. O resultado é devastador: o amor virou monocultura emocional que devastou a biodiversidade afetiva, plantando em todos os corações a mesma semente envenenada: a crença de que amar é sinônimo de sofrer.

Para compreender essa transformação histórica, é fundamental examinar como Anthony Giddens (1993) demonstra que o ideal de amor romântico germinou no final do século XVIII, momento em que as relações íntimas começaram a se definir pela centralidade do sentimento, distanciando-se dos arranjos econômicos que antes orientavam casamentos. O principal apelo desse modelo estava em sua promessa de realização pessoal, oferecendo espaço para idealização dentro das relações. Contudo, essa aparente democratização do sentimento mascarou assimetrias profundas como rios poluídos que correm por baixo de paisagens aparentemente pristinas. O que parecia libertação revelou-se nova forma de dominação: o ideal romântico não foi igualmente libertador — foi colonização afetiva que ensinou metade da humanidade a interpretar sua própria subordinação como evidência de ser amada.

Essa análise ganha profundidade quando articulada com a perspectiva de Simone de Beauvoir (2009), que mapeou com precisão cirúrgica como o sistema patriarcal reservou às mulheres o papel de suporte emocional, dedicando-lhes a tarefa de depositar no amor seu principal projeto existencial. Enquanto homens eram incentivados a conquistar territórios múltiplos — profissional, político, social —, mulheres eram ensinadas a buscar plenitude apenas no amor e na família. Essa divisão sexual do trabalho afetivo não foi acidente histórico, mas engenharia social deliberada que naturalizou a centralidade das relações afetivas na vida feminina, configurando o amor como mecanismo de controle disfarçado de experiência de liberdade.

Os efeitos dessa programação cultural manifestam-se cotidianamente: ouvem-se frequentemente mulheres expressarem que sucesso ou felicidade só têm sentido se acompanhados por relacionamento amoroso. Essas narrativas ecoam construções culturais que romantizam o sacrifício feminino como flores venenosas que crescem em solo contaminado. Um exemplo paradigmático dessa pedagogia são os contos de fadas — Cinderela, A Bela e a Fera, Branca de Neve — que funcionam como pedagogia da submissão disfarçada de entretenimento infantil. Quando analisadas criticamente, essas histórias ensinam que amar, para mulheres, depende de paciência infinita, sofrimento silencioso e abnegação total. Marina Castañeda (2007) revela como esses contos operam como instrumentos de ensino de papéis de gênero desde a infância, vinculando feminilidade à capacidade de amar incondicionalmente e tolerar

dor em nome do “final feliz” — esse horizonte sempre adiado que justifica qualquer presente de sofrimento.

Na contemporaneidade, essa pedagogia cultural encontrou na modernidade aliado ainda mais poderoso: a indústria do entretenimento como máquina de fabricar sonhos tóxicos. Bell hooks (2004) observa que a indústria cultural — filmes, séries, músicas, publicidade — cria e propaga o mito de que o amor é experiência suprema, capaz de superar todas as adversidades, inclusive aquelas que envolvem dor emocional. Essa idealização opera uma inversão perversa: transforma o amor, que deveria ser vivência de liberdade, em modelo restritivo que romantiza comportamentos possessivos como demonstrações legítimas de cuidado. Os exemplos são múltiplos e cotidianos: o cinema ensina que perseguir alguém até ela ceder é persistência romântica; a música sertaneja celebra ciúme como tempero do amor; as redes sociais transformam vigilância em prova de interesse.

Essa proliferação de narrativas tóxicas reflete contradição cultural perversa. Conforme Eva Illouz (2011), o amor foi simultaneamente dissociado de contextos tradicionais e transformado em espaço de expectativas irreais alimentadas pelo consumo. Nesse processo, gestos simples de reciprocidade emocional viraram demonstrações grandiosas vinculadas a objetos e experiências. O resultado é uma sobrecarga específica: mulheres são levadas a associar seu valor ao sucesso de relacionamentos afetivos, enquanto continuam suportando o peso emocional dessas dinâmicas como mulas de carga sentimental que carregam sozinhas o fardo de fazer o amor funcionar.

Fundamental para compreender essa dinâmica é analisar como a socialização de gênero opera como sistema de irrigação que distribui veneno por toda a plantação afetiva. Desde cedo, meninas aprendem empatia, paciência e dedicação nas relações interpessoais, enquanto meninos são incentivados a buscar autonomia e se distanciar do campo emocional. Como demonstra Lourdes Bandeira (2019), essas normatizações criam terreno fértil para desigualdade nas relações íntimas, orientando mulheres para cuidado e abnegação como componentes inegociáveis do amor. Essa socialização assimétrica perpetua o que Pierre Bourdieu (1999) chama de “violência simbólica” — processo pelo qual as dominadas internalizam estruturas que as subordinam, percebendo-as como naturais.

O impacto concreto desse processo revela-se quando analisamos mensagens culturais que justificam práticas abusivas sob verniz romântico. Frases como “quem ama cuida” ou “ciúme é tempero para o amor” ilustram como linguagens cotidianas refletem e reforçam ideias de controle e posse (SPINK, 2010). Nesse sentido, Serge Moscovici (2003) explica como conceitos amplamente aceitos tornam-se formas naturalizadas de interpretar comportamentos. Assim, práticas como monitorar redes sociais ou controlar amizades são inseridas no repertório amoroso como gestos de zelo, não sinais de controle inadequado.

Essa naturalização produz efeitos devastadores: muitas mulheres têm dificuldade em identificar práticas abusivas porque interpretam ciúme, controle e vigilância como atos de amor. Essa confusão entre cuidado e controle é facilitada pela força simbólica do mito romântico que opera como anestésico, prometendo felicidade enquanto mantém estruturas de desigualdade. Metaforicamente, o amor virou ópio dos corações femininos — droga que alivia a dor momentaneamente, mas aprofunda a dependência.

É importante esclarecer que não se trata de sugerir que o amor seja prejudicial ou deva ser rejeitado. Como Bell hooks (2004) aponta, o amor, quando compreendido plenamente e cultivado com bases de igualdade, tem potencial libertador. Contudo, isso exige superar visões idealizadas que o aprisionaram como ferramenta de opressão. O desafio está em reimaginar o amor como território de compartilhamento, respeito mútuo e autonomia — não como campo de extração emocional onde uma parte doa tudo e outra recebe sem reciprocidade.

Essa reflexão revela-se prática e urgente como chuva em terra seca. Revisitar o ideal romântico e desconstruir seus elementos distorcidos abre caminho para mudanças nas dinâmicas afetivas e nas formas como educamos gerações futuras. Ao desmistificar sofrimento e renúncia como pré-requisitos para o amor, torna-se possível imaginar formas de afeto que respeitem individualidade e valorizem liberdade de todos os envolvidos.

Portanto, é possível transformar o amor de prisão simbólica em território legítimo de conexão, justiça e liberdade. Essa transformação não é apenas desejável, mas urgente: enquanto o amor permanecer aprisionado em narrativas de controle e sacrifício, continuará servindo como dispositivo de perpetuação da violência

doméstica. É precisamente essa dinâmica que exploraremos a seguir, onde veremos como esses territórios afetivos devastados se tornam campos de guerra onde mulheres lutam pela própria sobrevivência.

3. Quando o amor aprisiona

O amor que deveria libertar está estrangulando. Nas madrugadas silenciosas de casas que parecem lares, mas funcionam como prisões, milhares de mulheres descobrem que a promessa de conexão e plenitude virou armadilha sofisticada. O que observamos aqui é uma inversão perversa: o ideal romântico, esse território que deveria ser refúgio, transforma-se em campo minado onde cada passo pode detonar uma explosão. O que começou como espaço de liberdade acaba se revelando fonte de controle e sofrimento sistematizado. Essa metamorfose não acontece de uma hora para outra — ela se infiltra gradualmente, como água contaminada que vai envenenando o solo até que nada mais consegue crescer saudável.

É fundamental compreender que a violência doméstica não anuncia sua chegada com sirenes. Ela sussurra, seduz, convence. Muitos relacionamentos começam com gestos aparentemente inofensivos que funcionam como sementes de controle plantadas em solo fértil: um parceiro que demonstra ciúme justificando-se como “preocupação”, que tenta influenciar amizades da parceira ou estabelece sutilmente regras para o que considera “correto”. No início, essas atitudes podem ser interpretadas como demonstrações de cuidado, mas com o tempo se revelam padrões opressivos que crescem como erva daninha, sufocando tudo ao redor. Essa aparente naturalidade do controle revela sua dimensão mais perversa.

Para compreender essa dinâmica, Marie-France Hirigoyen (2006) alerta que o controle psicológico constitui forma de violência muitas vezes invisível como poluição do ar — está presente, contamina, mata lentamente, mas passa despercebida até mesmo pela vítima. Segundo a autora, Hirigoyen descreve como o agressor opera cirurgia da autoestima sem anestesia: manipula a percepção da mulher com críticas persistentes, depreciações disfarçadas de conselhos, estratégias que fazem com que ela se questione constantemente até perder a confiança em si mesma. Trata-se de um método de terraplanagem emocional — o agressor nivela por baixo a realidade da parceira até que ela não consiga mais distinguir o que é verdade do que é

manipulação. Como um engenheiro que prepara terreno para construção, esse processo opera através da demolição sistemática das estruturas de autoconfiança, do nivelamento da capacidade de julgamento próprio e da compactação do controle até criar dependência total da interpretação do agressor.

Esses comportamentos ganham dinâmica ainda mais perversa quando analisados à luz do ciclo da violência como roda-gigante do inferno, descrito por Lenore Walker (1979). Esse ciclo apresenta três estações do sofrimento. Na primeira, há acumulação de tensões — momento em que pequenas críticas crescem como nuvens de tempestade no horizonte. Isso é seguido pela explosão da violência como raio que parte o céu — física, psicológica ou verbal —, que muitas vezes parece inevitável. Finalmente, emerge a chamada “fase de lua de mel” ou “reconciliação”, na qual o agressor pede perdão, promete mudança e tenta reconquistar a confiança da parceira.

Essa última etapa funciona como cola emocional que gruda a vítima à expectativa de transformação. É o momento mais cruel do ciclo, porque oferece esperança real o suficiente para manter a mulher presa, mas falsa o suficiente para garantir que a violência continue. O que torna essa dinâmica ainda mais devastadora é que o ciclo não apenas se repete — ele se intensifica como espiral descendente, tornando cada reconciliação mais curta e cada episódio de violência mais grave. É máquina de moer sonhos que funciona com combustível de esperança.

Além das dinâmicas cíclicas, uma das estratégias mais destrutivas é a manipulação sofisticada em que o agressor distorce ou nega a realidade da parceira, levando-a a duvidar da própria sanidade. Frases como “você está imaginando coisas” ou “isso nunca aconteceu” tornam-se ferramentas de demolição da percepção, silenciando e desconectando a mulher de sua própria experiência. A partir de certo ponto, ela começa a depender do agressor para interpretar o que é real — terceirizando sua própria capacidade de ler o mundo.

É importante ressaltar que essa distorção da realidade não opera isoladamente, mas se articula com outras formas de dependência que amplificam a vulnerabilidade das mulheres. A dependência emocional raramente caminha sozinha — ela é amplificada por dinâmicas concretas como rede de pesca que aperta de todos os lados: dependência financeira, social, parental. Muitas mulheres enfrentam barreiras

reais ao tentar romper relacionamentos abusivos — perda de lar, dificuldade na custódia de filhos, julgamento social que as culpabiliza pela própria vitimização (Saffioti, 2004)

Nesse contexto, Lourdes Bandeira (2019) ressalta como essas condições estruturais funcionam como sistema de irrigação da submissão, reforçando a posição de subordinação das mulheres nos relacionamentos. Para muitas, romper com a relação não significa apenas livrar-se da violência, mas enfrentar ambiente hostil que pouco as apoia nesse processo. O aprisionamento não é apenas emocional — é reforçado por sistemas de desigualdade que privatizam alternativas reais.

Central para compreender essa perpetuação é analisar como o mito do amor romântico desempenha papel central na manutenção dessas dinâmicas como software de dominação instalado desde a infância. Ele ensina que amor envolve sacrifício e que mulheres devem se dedicar a “consertar” qualquer problema no relacionamento. Narrativas culturais — desde contos de fadas até romances contemporâneos — reforçam a imagem de mulheres pacientes que suportam qualquer adversidade em nome do amor. Na era digital, essas representações ganham novas dimensões: aplicativos de relacionamento que prometem “amor perfeito”, redes sociais que romantizam ciúme através de memes, influenciadores que perpetuam a ideia de que relacionamentos exigem “luta constante”.

Como observa Serge Moscovici (2003), ideias largamente disseminadas se tornam naturalizadas como paisagens que parecem sempre ter existido, moldando a maneira como pessoas percebem suas próprias vidas. Conceitos como “amar é sofrer” ou “ciúme é prova de amor” ganham força e são usados para justificar comportamentos abusivos, mascarando violência com verniz de afeto. Metaforicamente, o amor virou anestésico que alivia a dor momentaneamente, mas aprofunda a dependência.

Essa naturalização manifesta-se concretamente nas narrativas de mulheres que viveram relações abusivas, que revelam histórias marcadas pela esperança de mudança como miragem no deserto — sempre presente no horizonte, nunca alcançável. É comum relatarem frases como “ele só faz isso porque me ama” ou “ele tem medo de me perder”, evidenciando dificuldade em reconhecer violência. Como observa Conceição Nogueira (2001), essas narrativas não são apenas individuais,

mas refletem processos de socialização que ensinam mulheres a interpretar controle como cuidado e possessividade como paixão.

Estudos empíricos corroboram essa análise: pesquisas como as de Bandeira (2019) revelam como o mito romântico funciona como anestésico que dificulta identificação do abuso, criando zona de confusão entre afeto e violência. Mulheres aprendem a ler sinais de perigo como provas de amor intenso, transformando território de guerra em campo de flores onde cada espinho é interpretado como carinho.

Ao investigar criticamente esses elementos, percebe-se que o problema não está no amor em si, mas na forma como ele é culturalmente construído como dispositivo de captura. O amor, quando fundamentado no respeito mútuo e autonomia, pode ser transformador. No entanto, enquanto continuar associado a controle, sacrifício e dependência, servirá como ferramenta de opressão disfarçada de experiência libertadora. Bell hooks (2004) propõe ressignificação radical: o verdadeiro amor não aprisiona, mas liberta, proporcionando construção de relações baseadas na troca e igualdade.

Compreender essa transição do ideal romântico para realidade violenta é essencial como mapa para sair do labirinto onde amor virou prisão. É preciso desnaturalizar normas culturais que ensinam mulheres a suportarem o insuportável em nome do amor. Essa desconstrução não é apenas processo individual, mas coletivo que passa por redes de apoio, mudanças educacionais e questionamentos contínuos às representações culturais que perpetuam desigualdade.

Como veremos a seguir, essa tarefa se complexifica ainda mais quando consideramos as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a experiência das mulheres — raça, classe social, orientação sexual, idade — revelando que nem todas vivenciam essas dinâmicas da mesma forma. Somente através dessa compreensão interseccional o amor poderá deixar de ser espaço de controle e se tornar território legítimo de liberdade e conexão genuína — não como campo de extração emocional, mas como território compartilhado onde todas as vidas florescem.

4. Interseccionalidades e complexidades

O amor não oprime todas as mulheres da mesma forma. Como territórios que sofrem diferentes tipos de devastação, as experiências de violência doméstica são atravessadas por múltiplas camadas de vulnerabilidade que se entrecruzam e se potencializam. Raça, classe social, orientação sexual, religião, idade e deficiência não são apenas características identitárias, mas coordenadas que determinam onde e como a violência atinge cada mulher. Compreender essas interseccionalidades não é exercício de refinamento teórico, mas urgência política fundamentada em décadas de produção acadêmica que revela as limitações de abordagens universalizantes sobre a experiência feminina.

O marco teórico fundamental para essa compreensão encontra-se em Kimberlé Crenshaw (2016), que ao desenvolver o conceito de interseccionalidade, demonstrou que as opressões não se somam matematicamente — elas se multiplicam, criando experiências qualitativamente diferentes de subordinação. Crenshaw argumenta que uma mulher negra não experimenta racismo mais sexismo; ela vive racismo generificado e sexismo racializado, uma forma específica de violência que não pode ser compreendida separando-se suas identidades. Complementando essa análise, Patricia Hill Collins (2019) propõe a “matriz de dominação”, conceito que revela como sistemas de poder se organizam em níveis estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal, criando experiências diferenciadas de opressão.

No contexto brasileiro, Sueli Carneiro (2003) demonstra como mulheres negras enfrentam não apenas a violência do parceiro, mas também o racismo institucional que permeia os serviços de proteção. Carneiro argumenta que o feminismo brasileiro precisa incorporar a perspectiva das mulheres negras para compreender adequadamente as dinâmicas de violência doméstica. Essa análise é corroborada por Jurema Werneck (2010), que evidencia como a intersecção entre racismo e sexismo produz vulnerabilidades específicas que tornam mulheres negras mais expostas à violência e menos protegidas pelas instituições.

As estatísticas confirmam essas análises teóricas: mulheres negras representam 61% das vítimas de feminicídio no Brasil (Cerqueira et al., 2023), apesar de serem 28% da população feminina. Essa desproporção reflete o que Lélia Gonzalez (1984) denominou “lugar de mulher negra” — posição estrutural caracterizada pela tripla discriminação de gênero, raça e classe. Para Gonzalez, essa

posição determina não apenas maior exposição à violência, mas também menor acesso a recursos de proteção e justiça.

Quando analisamos a dimensão de classe social, a contribuição de Heleieth Saffioti (2004) torna-se fundamental, pois demonstra como a pobreza não causa violência doméstica, mas cria condições materiais que a perpetuam. Saffioti argumenta que mulheres de classes populares enfrentam barreiras estruturais específicas: dependência financeira do agressor, falta de rede de apoio com recursos, dificuldade de acesso a serviços jurídicos especializados. Essa análise é complementada por Maria Filomena Gregori (1993), que revela como a classe social determina diferentes estratégias de resistência e diferentes possibilidades de ruptura com relacionamentos abusivos.

Por outro lado, estudos como os de Eva Alterman Blay (2003) demonstram que mulheres de classes altas enfrentam violências específicas frequentemente invisibilizadas. Blay evidencia como o controle financeiro se manifesta através de formas sofisticadas: negação de acesso a contas bancárias próprias, dependência de “mesadas” para gastos pessoais, ameaças de deixá-la “sem nada” em processos de separação. A violência patrimonial ganha complexidade proporcional ao patrimônio, envolvendo manipulação de bens conjugais e uso de advogados como instrumentos de intimidação.

No que se refere à dimensão religiosa, a religião opera como território ambíguo onde se disputam interpretações sobre amor, família e submissão feminina. Maria José Rosado-Nunes (2005) analisa como discursos religiosos podem tanto legitimar quanto questionar a subordinação das mulheres. Rosado-Nunes demonstra que líderes religiosos que pregam submissão feminina transformam espaços de fé em tribunais onde se julga a resistência das mulheres. Essa análise é aprofundada por Sandra Duarte de Souza (2014), que revela como mulheres religiosas em situação de violência enfrentam conflitos específicos entre fé e autopreservação.

Contribuindo para essa discussão, Ivone Gebara (2000) propõe uma “teologia feminista da libertação” que questiona interpretações bíblicas utilizadas para justificar violência doméstica. Gebara argumenta que reinterpretações feministas dos textos sagrados podem oferecer recursos espirituais para mulheres romperem com relacionamentos abusivos sem abandonar sua fé.

Quanto à orientação sexual e identidade de gênero, essas dimensões criam vulnerabilidades específicas sistematicamente analisadas pelos estudos queer feministas. Berenice Bento (2006) demonstra como mulheres lésbicas em relacionamentos abusivos enfrentam invisibilidade dupla: primeiro, porque a violência doméstica é pensada hegemonicamente em termos heterossexuais; segundo, porque denunciar pode significar exposição à lesbofobia institucional.

Aprofundando essa análise, Jaqueline Gomes de Jesus (2014) examina como mulheres trans vivem violências específicas que incluem a negação de sua identidade de gênero pelo próprio agressor, além de enfrentarem transfobia nos serviços de atendimento. Jesus argumenta que a violência doméstica contra mulheres LGBTI+ é frequentemente invisibilizada ou patologizada, tratada como “entre iguais” ao invés de violência de gênero.

Um aspecto crucial dessa análise interseccional é compreender como as instituições que deveriam proteger frequentemente reproduzem as mesmas opressões que sustentam a violência doméstica. Wânia Pasinato (2015) analisa como delegacias especializadas nem sempre estão preparadas para atender mulheres que não se encaixam no perfil da “vítima ideal” — branca, heterossexual, de classe média, que denuncia na primeira agressão. Pasinato documenta como mulheres negras são questionadas sobre seu comportamento, mulheres pobres são julgadas por “escolherem” parceiros violentos, e mulheres que retornam ao agressor são tratadas como “casos perdidos”.

Lourdes Bandeira (2019) complementa essa análise ao demonstrar como o sistema de justiça opera como máquina de revitimização que pune mais as mulheres que denunciam do que os homens que agredem. Bandeira evidencia como processos judiciais longos, necessidade de provas materiais em crimes que frequentemente não deixam marcas físicas, e revitimização durante depoimentos transformam a busca por justiça em novo ciclo de violência institucional.

Os discursos hegemônicos sobre família, amor e feminilidade permeiam essas instituições reproduzindo estereótipos que dificultam o atendimento adequado. Cecília MacDowell Santos (2010) analisa como profissionais de saúde, assistência social e segurança pública frequentemente reproduzem representações sociais que culpabilizam as mulheres pela violência sofrida. Santos demonstra como perguntas

como “por que você não saiu antes?” ou “o que você fez para provocar?” revelam a persistência de mitos sobre violência doméstica mesmo em espaços institucionais especializados.

Apesar dessas múltiplas barreiras, emergem também resistências e possibilidades de transformação que precisam ser reconhecidas e fortalecidas. Nilma Lino Gomes (2017) analisa como movimentos de mulheres negras desenvolvem estratégias específicas de enfrentamento à violência que articulam questões de gênero e raça. Gomes demonstra como organizações como Criola, Geledés e Casa da Mulher Negra criam redes de apoio que consideram as especificidades das experiências de mulheres negras.

Similarmente, Rich (2012) analisou como movimentos LGBTI+ desenvolvem estratégias de cuidado mútuo que incluem o enfrentamento à violência doméstica. As autoras demonstram como casas de acolhimento específicas para população LGBTI+ e grupos de apoio entre pares constituem inovações importantes no campo da proteção social.

A produção acadêmica feminista latino-americana oferece contribuições fundamentais para compreender essas resistências. Rita Laura Segato (2022) propõe o conceito de “pedagogias da crueldade” para analisar como a violência contra mulheres se intensifica em contextos de colonialidade, mas também identifica “pedagogias da resistência” desenvolvidas por mulheres em diferentes contextos. Segato argumenta que essas pedagogias incluem estratégias de cuidado coletivo, redes de solidariedade e práticas de autodefesa comunitária.

María Lugones (2017) contribui com o conceito de “colonialidade do gênero”, demonstrando como sistemas de dominação colonial criaram hierarquias de gênero que se articulam com hierarquias raciais e de classe. Lugones propõe estratégias de “resistência decolonial” que incluem a criação de espaços de cuidado mútuo e a valorização de saberes femininos ancestrais.

Essas análises revelam que enfrentar a violência doméstica exige abordagens que considerem as múltiplas dimensões da experiência das mulheres. Como argumenta bell hooks (2004), o amor verdadeiro só pode emergir em contextos de justiça social que reconheçam e enfrentem todas as formas de opressão. Isso significa que políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica precisam ser

interseccionais, considerando como diferentes mulheres vivenciam diferentes formas de violência e precisam de diferentes estratégias de proteção e cuidado.

A complexidade dessas interseccionalidades não deve paralisar a ação, mas orientar práticas mais efetivas e inclusivas de enfrentamento à violência. Como veremos nas considerações finais, reconhecer essas múltiplas vulnerabilidades é o primeiro passo para construir formas de amor e cuidado que sejam verdadeiramente libertadoras para todas as mulheres.

5. Considerações finais

Este ensaio começou com uma provocação que agora se revela como diagnóstico urgente: o amor está matando mulheres porque aprendemos a chamar de amor aquilo que é dominação. Ao longo desta análise, desenterramos as raízes ideológicas de um sistema que transforma relacionamentos íntimos em campos de guerra, onde metade da humanidade luta diariamente pela própria sobrevivência emocional e física. A desconstrução do mito do amor romântico revela sua natureza de dispositivo ideológico sofisticado que opera através de múltiplas camadas de sedução e captura. Desde os contos de fadas que ensinam meninas a esperar salvação masculina até as redes sociais que romantizam ciúme e controle, nossa cultura produz sistematicamente subjetividades femininas programadas para interpretar dominação como cuidado. Não se trata de condenar o amor, mas de libertar o amor verdadeiro das falsificações que o aprisionaram em narrativas de controle e sacrifício.

Como demonstramos através das contribuições de Beauvoir, hooks, Saffioti e tantas outras vozes que ousaram nomear os temas difíceis, o amor romântico hegemônico constitui forma de colonialidade afetiva que ensina mulheres a amar sua própria subordinação. A análise interseccional que desenvolvemos revela que essa colonização afetiva não atinge todas as mulheres da mesma forma. Mulheres negras, pobres, LGBTI+, com deficiência, enfrentam vulnerabilidades específicas que se multiplicam e se potencializam, criando experiências de violência que exigem respostas igualmente específicas. Como demonstraram Crenshaw, Carneiro e

Werneck, reconhecer essas diferenças não fragmenta a luta feminista — a fortalece ao revelar a complexidade real das opressões que precisamos enfrentar.

Se o mito do amor romântico é construção cultural, pode ser desconstruído e reconstruído. Essa tarefa exige coragem para questionar verdades que pareciam absolutas e criatividade para imaginar alternativas que ainda não existem. Precisamos desromantizar o sofrimento feminino em todas as suas manifestações culturais — desde músicas que celebram ciúme até filmes que glorificam perseguição como persistência romântica. A educação emocional emerge como território fundamental de disputa, exigindo práticas pedagógicas que ensinem desde cedo que amor verdadeiro não controla, não diminui, não machuca. As instituições precisam ser radicalmente transformadas para deixarem de reproduzir as opressões que sustentam a violência doméstica.

As perspectivas para relações mais igualitárias já existem em experiências concretas que precisam ser visibilizadas e multiplicadas. Comunidades que praticam relacionamentos éticos, coletivos que experimentam formas de cuidado mútuo, movimentos que questionam a família nuclear como única forma legítima de organização afetiva — todas essas experiências oferecem pistas para futuros possíveis onde amor e liberdade não sejam contraditórios. Para homens, isso exige trabalho específico de desconstrução de masculinidades tóxicas que os ensinam a confundir amor com posse. A transformação mais profunda precisa acontecer no nível das subjetividades e das práticas cotidianas, aprendendo a amar de forma que liberte ao invés de aprisionar.

Este ensaio se encerra não com respostas definitivas, mas com convite à ação coletiva. Cada leitora e leitor que chegou até aqui carrega agora responsabilidade de questionar em sua própria vida as manifestações do mito do amor romântico. A transformação do amor não é utopia distante, mas urgência presente. Enquanto uma mulher morre a cada sete horas vítima de feminicídio no Brasil, milhares de outras mulheres permanecem presas em relacionamentos que as destroem, não há tempo para neutralidade ou indiferença.

Que este ensaio seja lido não como diagnóstico de morte, mas como mapa de vida. Porque é possível — e urgente — imaginar formas de amor que libertem ao invés de aprisionar, que celebrem autonomia ao invés de exigir submissão, que construam

pontes ao invés de erguer muros. O amor verdadeiro ainda está por ser inventado, e essa invenção é tarefa coletiva que não pode mais ser adiada. A revolução será amorosa ou não será. Mas será um amor que não conhecemos ainda — um amor que está nascendo das cinzas do amor que mata, um amor que floresce nos territórios onde mulheres ousam dizer não, um amor que se constrói na luta diária por justiça, dignidade e vida plena para todas nós.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, L. M. **Violência de gênero: a rede de enfrentamento e o papel do estado**. Brasília: IPEA, 2019.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BLAY, E. A. A violência contra a mulher e o papel do Estado. In: LIMA, A. M. (Org.). **Violência doméstica: algumas reflexões**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 488-490, jul./dez. 2003.

CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível**: o homem de sempre, o homem de hoje. São Paulo: Record, 2007.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA; FBSP, 2023.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, n. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizando a interseccionalidade de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, da teoria feminista e das políticas antirracistas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. 7-83, jul./dez. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

GEBARA, I. **Rostos de um feminismo libertário**. São Paulo: Loyola, 2000.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos e (re)existências**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações perigosas e queixas de violência em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HIRIGOYEN, M.-F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOOKS, b. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elsevier, 2004.

ILLOUZ, E. **O consumo da utopia romântica**: amor e contradições culturais. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: UnB, 2014.

LANE, S. T. M. **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Cadernos de Campo** (São Paulo), v. 26, n. 2, p. 280-293, jul./dez. 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder**: psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Editores, 1989.

MONTERO, M. **Introducción a la psicología comunitaria**: desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, C. **Para uma genealogia do feminino: sobre a submissão e a resistência na construção do sujeito**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

PASINATO, W. Oito anos da Lei Maria da Penha: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 23, n. 115, p. 119-138, jul./ago. 2015.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012.

ROSADO-NUNES, M. J. O lugar da religião na vida das mulheres: o sagrado e o profano, o público e o privado. In: MACHADO, M. D. C.; CAMURÇA, M. A. (Orgs.). **Religião e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, C. M. O judiciário e a questão da violência contra a mulher: entre o público e o privado. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 579-598, set./dez. 2010.

SEGATO, R. L. **As estruturas elementares da violência**: ensaios sobre gênero entre a antropologia, a ética e o psicanálise. São Paulo: Elefante, 2022.

SOUZA, S. D. **Mulheres em situação de violência conjugal em contextos evangélicos**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

SPINK, M. J. P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.

WALKER, L. E. A. **The Battered Woman**. New York: Harper & Row, 1979.

WERNECK, J. Racismo institucional e a saúde da população negra. In: LOPES, F. (Org.). **Saúde da população negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. p. 33-40.